

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: PPI deve decidir sobre Angra 3 neste mês	2
Título: Infraestrutura defende incentivo para aéreas, mas Guedes é contra	3
Título: Destaques	5
Título: Eletrobras assumirá plano MLA	5
Título: Oferta da Eneva não atrai acionistas da AES	6
Título: Equinor tem primeiro caso de infecção em plataforma marítima	8
Título: Setor químico monitora efeitos do coronavírus e alta do petróleo	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: O crepúsculo do petróleo	12
Título: Governo reduz projeção para alta do PIB deste ano de 2,4% para 2,1%	14
VEÍCULO: O Globo	15
Título: Witzel quer reunião para discutir queda do petróleo	15
Título: Ibovespa tem novo 'circuit breaker' e cai 7,64%	17
Título: Crise lembra ao Rio para não errar nos royalties pela segunda vez	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: PPI deve decidir sobre Angra 3 neste mês**

O conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) deve decidir no fim deste mês sobre o modelo de negócios relativo à parceria internacional para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, que ainda precisa de investimentos de R\$ 15,5 bilhões. O **Valor** apurou que o parecer encomendado ao BNDES sobre o assunto foi concluído e entregue para a análise da Eletrobras, controladora da Eletronuclear, para, em seguida, subsidiar a deliberação do conselho do PPI.

A expectativa do governo agora é lançar o edital da chamada pública internacional e realizar a concorrência no segundo semestre deste ano. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a usina está prevista para entrar em operação no início de 2026.

Procurado pelo **Valor**, o BNDES confirmou ter enviado o relatório para a Eletrobras. A estatal, por sua vez, informou que o documento ainda precisa de aprovações internas da administração da holding e da Eletronuclear.

Segundo uma fonte próxima do assunto, as conclusões do relatório conceitual do BNDES estão em linha com o que havia sido estudado anteriormente pelo governo. Inicialmente, o governo avaliava três alternativas. A primeira previa a contratação, pela Eletronuclear, da empresa estrangeira para realizar o contrato de EPC (que compreende a construção, a montagem e a compra dos equipamentos).

A segunda seria a formação de uma sociedade de propósito específico (SPE) exclusiva para Angra 3. Nesse caso, a parceria estrangeira teria participação minoritária, tendo a Eletronuclear como acionista majoritária do ativo. E a última opção seria a companhia estrangeira se tornar acionista minoritária da própria Eletronuclear, tendo a Eletrobras como controladora.

Otimista, o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, acredita que até abril o governo tenha deliberado sobre o modelo de negócios e que a licitação possa ser iniciada ainda no primeiro semestre. “Este processo dará robustez para o setor”.

As obras da terceira usina nuclear brasileira foram interrompidas em 2015, com índice de conclusão de 67%. O objetivo do governo é que o investimento restante necessário seja bancado pelo parceiro internacional. Entre potenciais interessados estão empresas da China, França, Rússia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

Com objetivo de auxiliar na discussão com investidores, a Abdan tem realizado uma série de compromissos com agentes de diversos países. Em fevereiro, por exemplo, a entidade firmou um acordo de cooperação com a associação americana Nuclear Energy Institute (NEI), durante missão composta por 15 empresas do setor nuclear daquele país, acompanhando a visita do secretário de Energia dos EUA, Dan Brouillette, ao Brasil, para reuniões com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

“O setor aguarda ansiosamente o encaminhamento [sobre Angra 3] e contribui com todas as considerações que pode para viabilizar o empreendimento”, disse Cunha.

A retomada das obras de Angra 3 é uma das prioridades da agenda do ministro Bento Albuquerque. Situado no litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, o empreendimento terá 1,4 mil megawatts (MW) de capacidade.

Segundo Cunha, a Abdan aguarda também a publicação do Plano Nacional de Energia (PNE) 2050, pela EPE e o MME, para saber com quantas novas usinas nucleares o governo trabalha para os próximos 30 anos.

“Esperamos que o PNE sinalize, pelo menos, mais 10 GW [gigawatts] até 2050 em térmicas nucleares”, afirmou Cunha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Infraestrutura defende incentivo para aéreas, mas Guedes é contra

Tarcísio de Freitas sugere redução tributária de PIS e Cofins para o querosene de aviação, mas encontra resistência no Ministério da Economia

O impacto do coronavírus sobre o mercado de aviação civil foi discutido ontem numa reunião dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Embora as empresas brasileiras ainda não tenham sido impactadas tão duramente quanto as europeias, principalmente no mercado doméstico, há

preocupação com as rotas internacionais. É nelas que atuam as empresas low cost, que o governo quer convencer a aumentar investimentos no Brasil.

Freitas deixou o Ministério da Economia ainda sem uma resposta. “Estamos pensando”, disse, ao ser questionado se haviam chegado a alguma solução.

Uma das propostas preparadas pelo grupo técnico da Infraestrutura é o corte de PIS e Cofins sobre o querosene de aviação, para baratear o combustível. Essa proposta já está sobre a mesa desde o ano passado.

Porém, enfrenta resistências do Ministério da Economia. Guedes e sua equipe têm insistido que a melhor forma de enfrentar a desaceleração provocada pela crise é a aprovação das reformas. E que não há espaço para a adoção de estímulos fiscais. Num quadro de fragilidade das contas públicas, aumentar gastos ou conceder benefícios seria um sinal errado, avaliam.

A queda nos preços internacionais do petróleo não se refletiu ainda nos preços do querosene de aviação.

O governo trabalha em outras frentes para baratear o combustível. Por exemplo, aumentar a concorrência na distribuição. Hoje, três empresas dominam esse mercado e o governo estima que essa situação permita uma “gordura” de 20% a 30% nos preços. O aumento da concorrência depende de alterações regulatórias pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que estão em elaboração.

Outra medida em análise é a autorização do uso do querosene Jet-A no Brasil. É o mesmo usado nos Estados Unidos.

Além de medidas emergenciais para a aviação civil, os dois ministros discutiram projetos de interesse das duas pastas em análise no Congresso Nacional. Um deles é o que autoriza que ferrovias sejam construídas sob regime de autorização, mais rápido do que a concessão.

Outro projeto considerado prioritário é o que cria a BR do Mar, abrindo o mercado da navegação de cabotagem. O texto ainda não foi enviado ao Congresso Nacional. “Vai ser enviado”, afirmou Freitas após a reunião.

As duas pastas defendiam modelos diferentes para a abertura do mercado ao afretamento de navios estrangeiros. Chegou-se a um modelo no qual os dois modelos conviverão.

Num dia em que a B3 passou pelo segundo “circuit breaker” da semana e o governo sofreu uma dura derrota no Congresso, os dois ministros acharam tempo para um momento de descontração. Freitas chegou ao Ministério da

Economia acompanhado do ex-jogador Nunes, centroavante autor de dois dos três gols da vitória do Flamengo contra o Liverpool na final do campeonato mundial de 1981. Guedes é flamenguista roxo.

O ministro da Infraestrutura conheceu Nunes, um ídolo de sua infância, em cerimônia no Rio. Aproveitando que vinha a Brasília para uma agenda de trabalho, o ex-jogador almoçou com o ministro.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Braskem sem monitoria

A Braskem anunciou ontem o término da monitoria prevista no acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF) em dezembro de 2016. Na época, a petroquímica se comprometeu a pagar cerca de R\$ 3,1 bilhões, ou US\$ 957 milhões, em acordos fechados com autoridades no Brasil, Estados Unidos e Suíça e a implementar um rígido programa de conformidade, submetendo-se a uma monitoria externa pelo período de três anos. A decisão do MPF teve como base a certificação dos monitores independentes que atestaram a implementação de todas as recomendações relativas à estruturação e funcionamento de seu programa de conformidade.

Lucro da BR Distribuidora

A BR Distribuidora fechou o quarto trimestre com lucro líquido de R\$ 96 milhões, queda de 94% ante igual período de 2018. No ano, o lucro foi de R\$ 2,21 bilhões, redução de 30,8%. A receita líquidas caiu 4% de outubro a dezembro, para R\$ 24,15 bilhões. No ano, o recuo foi de 2,8%, para R\$ 94,985 bilhões. Segundo a companhia, a redução é explicada, principalmente, pela queda de 3,3% nos volumes de produtos vendidos.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	12/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Eletrobras assumirá plano MLA

O Mais Luz para a Amazônia foi lançado em fevereiro pelo Executivo

Estatual prioritária na lista de privatizações do governo Jair Bolsonaro, a Eletrobras ficará responsável pela operação do programa “Mais Luz para a Amazônia” (MLA), iniciativa lançada em fevereiro pelo Executivo para levar energia de fonte renovável para áreas remotas da Amazônia Legal. O programa, que prevê atender 70 mil famílias em sete anos, vai exigir investimentos de R\$ 2,4 bilhões, que serão bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o “super fundo” do setor elétrico.

A designação para a Eletrobras ser o “órgão operacionalizador” do MLA foi formalizada por meio de portaria do **Ministério de Minas e Energia (MME)** publicada ontem no Diário Oficial da União.

Em nota publicada em sua página na internet, o MME disse que a escolha pela Eletrobras se deve à participação e à experiência da estatal no programa Luz Para Todos, de universalização do serviço de energia no país, desde a sua criação, em 2004.

“A empresa detém a totalidade das metodologias e ferramentas de operacionalização das atividades de eletrificação rural, como a análise técnica e orçamentária dos programas de obras apresentados pelos agentes executores, a fiscalização física e financeira dos contratos e a elaboração das informações para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica possa fazer as liberações financeiras da CDE”, disse o ministério.

O programa vai atender a população residente em regiões remotas dos Estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão.

Segundo a pasta, o MLA visa o desenvolvimento econômico e social de comunidades que são, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. “A chegada da eletricidade irá diminuir a vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo o exercício da cidadania, o bem-estar e a dignidade para a vida dessas pessoas”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Oferta da Eneva não atrai acionistas da AES

Um grupo de acionistas minoritários da AES Tietê já começou a conversar sobre a proposta inicial de incorporação feita à companhia pela Eneva e consideram a transação pouco atrativa. O investidor Luiz Barsi Filho, maior investidor pessoa física da AES Tietê, com 2,5% das ações, considera que a proposta “não é nem

oportuna e nem interessante, por enquanto.” Ele questiona principalmente a relação de troca feita pela Eneva, assim como a postura futura da companhia em relação à distribuição de dividendos e também composição da futura administração.

“Ter uma posição definitiva sobre a oferta depende de uma avaliação mais profunda, ficamos sabendo de forma superficial da proposta e não sei até que ponto isso poderia ser interessante para os atuais acionistas”, diz Barsi. Ele pondera que a AES Tietê é hoje controlada pela AES Corp, com 62% do capital votante e 24,35% do capital total - na empresa resultante da fusão com Eneva, a AES ficaria com 5,5% do capital. “Não sei se vão querer ficar com parcela tão pequena porque consideramos ativos da geradora Tietê nobres, de excelência. Andaram penalizados nos últimos anos por causa de escassez hídricas, mas agora que as chuvas aumentaram”, diz.

Do ponto de vista dos minoritários, Barsi ressalta que a companhia distribui boa parte de seus resultados e não se sabe ainda qual seria a disposição de manter a mesma política de dividendos. “A Eneva nunca pagou dividendos, mas também não dava lucro por alguns anos. Uma empresa rentável é obrigada a pagar, mas não se sabe quanto fariam de distribuição”, afirma ele. “A maioria das empresas distribuiu 25% dos lucros como dividendos e a Tietê oferece aos acionistas quase a totalidade de seus lucros como proventos.”

Barsi pondera ainda que, em outros processos de oferta de aquisição de empresas de energia, o valor de fechamento da transação foi superior ao primeiro valor apresentado. “A Tietê era uma noiva que estava escondida, com suas units em torno de R\$ 9 e, com o interesse de alguém, foi para R\$ 17. Com a empresa de volta à posição de destaque, pode aparecer um partido melhor para essa noiva”, diz o investidor. Ele cita a proposta recebida pela AES quando controlava a Eletropaulo, que começou em R\$ 19 e foi efetivada a R\$ 45,22.

“Por esses fatores, entendo que por enquanto não seria nem oportuna e nem interessante aceitar essa proposta porque a qualidade dos ativos é de excelência e não sei se esse seria o preço ideal”, resume Barsi. “Estamos satisfeitos com a administração atual. Posso dizer que vou torcer para que não aconteça (a fusão)”.

Um minoritário importante e que ainda não tem avaliação formada é a BNDESPar. O braço de participações do BNDES tem 14,4% das ações ordinárias da Tietê e 37,5% das preferenciais, somando 28,41% do capital total. Na terça-feira, os principais executivos da AES se reuniram com o presidente do banco, Gustavo Montezano, para discutir o assunto. Na reunião, em que estavam presentes o presidente da AES na América do Sul, Julian Nebreda e o diretor financeiro da AES Corp, Gustavo Pimenta, os controladores da Tietê

manifestaram seu desconforto com a oferta da Eneva e afirmaram que a ela é “hostil e ruim”, conforme duas fontes ligadas às conversas.

O **Valor** apurou que os executivos da AES apresentaram ao BNDES justificativas iniciais para demonstrar que a transação, na relação de troca oferecida, não é atrativa. Também abordaram o potencial conflito de interesses do BTG Pactual, um dos principais incômodos da administração, e destacaram que não houve contato anterior com a companhia, tratando-se de fato de uma oferta hostil que acabou sendo mal recebida pelo acionista controlador. Procurada, a AES Tietê não comentou.

A AES informou que vai contratar assessores financeiro e legal, antes de qualquer posicionamento público. Ontem, em entrevista coletiva, Montezano afirmou: “Nossa posição é de investidor financeiro. Vamos ver a melhor condição, melhor preço, e como agregamos maior valor ao banco nesse processo de desinvestimentos. Somos agnósticos sobre maximização do valor de papel”.

O advogado Eduardo Fronzaglia tem opinião semelhante à de Barsi. Ex-acionista de Eletropaulo e acionista da Tietê há quatro anos, ganhou no mercado o apelido de “Eduardo AES” por sua defesa da companhia. “Acredito na companhia e na administração. Quando a oferta da Eneva for submetida aos acionistas, vou votar e vai ser contra”, diz Fronzaglia. “O negócio não faz sentido para o investidor pessoa física. A relação com a empresa sempre foi o investidor estar com ela, dar seu capital e ser remunerado por isso e, na fusão, essa companhia deixará de existir.”

O investidor participou ativamente, com um grupo de minoritários na venda da Eletropaulo. Ele não acredita, no entanto, que a história possa se repetir agora. “A Eneva não tem cacife para aumentar muito a proposta”, avalia. Disse que tem uma quantidade “razoável” de ações, mas prefere não divulgar o montante. “Não vejo como esse negócio atrairia a AES. A tendência é um grupo de minoritários se juntarem ao controlador para rejeitar a proposta”, avalia. **(Colaboraram Bruno Villas Bôas, Juliana Schincariol, Gabriel Vasconcelos, Rodrigo Polito, do Rio, e Letícia Fucuchima, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Reuters

Título: Equinor tem primeiro caso de infecção em plataforma marítima

O caso ressalta o desafio que é evitar a contaminação de milhares de trabalhadores que vivem em plataformas e sondas petrolíferas

A petroleira Equinor anunciou ontem o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus Covid-19 do setor em uma instalação “offshore”. O caso ressalta o desafio que é evitar a contaminação de milhares de trabalhadores que vivem em plataformas e sondas petrolíferas. Um funcionário da companhia norueguesa foi colocado em isolamento na plataforma de óleo e gás de Martin Linge, onde a produção está prevista para ter início no fim deste ano, informou a Equinor.

A empresa disse que vai reduzir as atividades no campo, mas que sua equipe continuará nas instalações, com trabalhadores diminuindo o número de reuniões e se mantendo mais afastados para evitar novas contaminações.

A Equinor possui 776 pessoas trabalhando no projeto em três instalações diferentes: a plataforma Martin Linge, a sonda de perfuração Intrepid (da Maersk) e o módulo de acomodação Floatel Endurance. A companhia ainda aguarda pelos resultados dos exames de outras duas pessoas, acrescentou a Equinor.

Os preços do petróleo recuaram 4% ontem, intensificando quedas na parte final da sessão. As cotações foram pressionadas pelo enfraquecimento dos mercados acionários depois de a Organização Mundial da Saúde declarar o coronavírus como pandemia. Além disso, grandes produtores anunciaram planos para escalar a crescente guerra de preços no mercado da commodity.

O petróleo Brent fechou em queda de 3,8%, a US\$ 35,79 por barril, enquanto o petróleo dos Estados Unidos recuou 4%, para US\$ 32,98 o barril. Os ativos de risco enfrentaram turbulências durante todo o dia, mas aceleraram perdas conforme o número de casos de coronavírus aumentou e diversos países restringiram viagens.

“O que causou a queda nos preços do petróleo nos últimos minutos antes do fechamento do mercado foram as novas mínimas atingidas pelo mercado de ações”, disse Phil Flynn, analista do Price Futures Group em Chicago. “Neste momento, as notícias sobre o coronavírus parecem não estar inspirando esperanças de demanda”, disse

Tanto a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quanto a Administração de Informação sobre Energia (AIE) reduziram estimativas de

demanda por causa do coronavírus, citando retração de consumo neste trimestre.

Enquanto isso, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos anunciaram planos para impulsionar a capacidade produtiva após o fim das restrições de oferta. O Ministério de Energia saudita orientou a Saudi Aramco a elevar sua capacidade de produção para 13 milhões de barris por dia (bpd), ante 12 milhões atuais, e a árabe ADNOC disse que irá ampliar sua oferta para mais de 4 milhões de bpd em abril.

O vice-ministro de Energia da Rússia, Pavel Sorokin, disse ontem que a forte queda de preços do petróleo verificada nesta semana havia se tornado inevitável. Ele disse que cortes de produção da commodity deixaram de fazer sentido, uma vez que ainda não é claro o quão profundo será o impacto do coronavírus sobre a demanda.

Sorokin descreveu a tarefa de ampliar os cortes - que teria dobrado o compromisso de restrição de oferta do país para 600 mil bpd- como tecnicamente difícil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Setor químico monitora efeitos do coronavírus e alta do petróleo

A indústria química nacional deu importantes sinais de recuperação nas primeiras semanas de 2020, com o salto de 8,8% na produção de químicos de uso industrial em janeiro na comparação com dezembro e a alta da taxa de utilização da capacidade instalada para 74%, de 70% em 2019. Contudo, o avanço global da Covid-19 e o colapso dos preços do petróleo tornaram o momento incerto.

“Ainda é muito cedo para medir os impactos, que podem ser positivos para umas empresas e negativos para outras”, disse ao **Valor** o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Ciro Marino. “O que se pode fazer é aproveitar a crise para acelerar as reformas estruturantes no Brasil”.

Segundo o executivo, que assumiu presidência executiva da Abiquim até março de 2021, após ter ocupado a posição interinamente com a saída de Fernando Figueiredo, em setembro, o câmbio desvalorizado e a paralisação da atividade

na China, na esteira do avanço do novo coronavírus no país, podem abrir oportunidades para fabricantes brasileiras de químicos no mercado doméstico e até mesmo nas exportações.

Normalmente, os embarques de produtos químicos nacionais são desfavorecidos pela falta de competitividade do produto nacional em relação aos de origem no exterior, o que está espelhado no tamanho do déficit comercial da indústria. Em 2019, o saldo negativo cresceu 6,6%, para US\$ 31,5 bilhões, próximo ao recorde verificado em 2013, de US\$ 32 bilhões. “Com ociosidade de 30%, já existe capacidade disponível no país”, comentou Marino.

Por outro lado, as empresas que dependem de algum insumo produzido na China, que se tornou um relevante fornecedor da indústria globalmente, tendem a ser afetadas pela pandemia. Do país asiático saem produtos intermediários e matérias-primas usados em diferentes segmentos, entre os quais farmacêutico e de cosméticos.

Além dos efeitos da doença na atividade econômica, segue Marino, a recente desvalorização do petróleo adicionou incertezas. “A imprevisibilidade é muito ruim. O foco nas reformas traria essa previsibilidade”, reiterou o executivo, que participou da reunião da Coalizão Indústria, grupo formado por 13 entidades ligadas a diferentes setores industriais, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na semana passada.

Conforme Marino, há otimismo em relação ao andamento da reforma tributária, embora existam divergências entre o que esperam a indústria e o setor de serviços. E, para fazer frente à conjuntura adversa - a combinação negativa de Covid-19, crise do petróleo e nervosismo nos mercados -, deve haver um esforço para que se avance nessa reforma.

Especificamente para a indústria química, a aprovação da Nova Lei do Gás é prioridade. “O governo montou uma equipe profissional e comprometida, que tem pressa de reorganizar as questões fundamentais”, elogiou, acrescentando que o momento é propício para a conclusão desse debate. “É uma questão de colocar na pauta”.

Há 17 anos no conselho diretor da Abiquim, Marino conta que, inicialmente, colocou-se à disposição da entidade para auxiliá-la no processo de sucessão da presidência executiva. O plano era contribuir por alguns meses, mas veio o convite para a permanência até o ano que vem. “A ideia é trazer um pouco mais da formatação da indústria para a entidade, em termos de processos, compliance e do que o mercado espera”, afirmou.

Membro do Fórum Nacional da Indústria (FNI), Marino atua na indústria química há 34 anos e exerceu posições de liderança em diferentes empresas. Foi presidente do conselho de administração da Tronox /Cristal, diretor de Marketing e Vendas na América Latina e presidente do conselho na Millenium Inorganic Chemicals, gerente-geral da operação brasileira da Air Products e gerente de negócios para a América Latina da Rhodia.

Graduado em Engenharia Mecânica pelo Centro Universitário FEI, Marino se especializou na formação de conselheiros de administração pela Fundação Dom Cabral e em Marketing, Strategy, Human Resources & Finance pela Fundação Vanzolini.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: O crepúsculo do petróleo

O petróleo é um produto sujeito a choques. Os mais importantes foram de forte alta. O de agora é choque de baixa. Em 1973, os preços saltaram de US\$ 3,50 por barril para cerca de US\$ 12. Em 1979, chegaram a US\$ 30 e, ao longo dos anos 2000, foram para a altura dos US\$ 60. A partir daí, o forte aumento da procura proporcionado pelo crescimento da China e dos tigres asiáticos puxou as cotações para a altura dos US\$ 120. A crise de 2008 voltou a derrubá-las. A estocada, que acontece em sentido inverso, acentuou o declínio, da faixa dos US\$ 50 a US\$ 60 para os US\$ 35, em vigor desde domingo.

Essa derrubada determinada pela Arábia Saudita vem sendo vista por certos analistas apenas como resultado do desacordo episódico com a Rússia sobre a proposta de reduzir a oferta, de modo a estabilizar a demanda enfraquecida pela pandemia. Mas deve ser entendida como mais do que consequência desses fatores. O que há é a primeira manifestação impactante do declínio da idade do petróleo, que já dura 150 anos. O quadro hoje é de superprodução e o mundo está encharcado de óleo. Os grandes produtores enfrentam grandes estoques e capacidade ociosa. Antes da decisão da Arábia Saudita, tomada no último fim de semana, de aumentar a oferta em 2 milhões de barris diários ou até em 3 milhões, se for o caso, o mercado já mostrava instabilidade e forte dependência de que a Opep reduzisse a produção.

Há 20 anos, preços atraentes em torno dos US\$ 100 por barril colocaram em movimento investimentos em óleo e gás em todo o mundo, inclusive aqui no Brasil. A mais importante dessas iniciativas aconteceu nos Estados Unidos na exploração de suas abundantes jazidas de xisto, onde petróleo e gás são

liberados em terra por meio de bombardeio de água, areia e produtos químicos. Essa exploração tornou os Estados Unidos não apenas autossuficientes, mas também exportadores. A primeira derrubada das cotações, por meio de aumento da oferta da Opep, há cinco anos, teve por objetivo tirar do mercado esses produtores americanos que operavam a custos acima de US\$ 70 por barril. O resultado, no entanto, foi forte redução de custos desse segmento que, sozinho, produz hoje petróleo e gás em volume equivalente ao que vinha produzindo e exportando a própria Arábia Saudita.

Essa nova operação decidida agora parece ter o objetivo imediato de quebrar os produtores de óleo de xisto e também os que vinham operando com produção convencional de alto custo. Se conseguirá ou não, parece depender da disposição do governo dos Estados Unidos de apoiar o setor. Mas o encolhimento da demanda mundial não acontece e está sendo acentuada apenas pelo mais baixo crescimento econômico imediato e pelo alastramento do coronavírus. Em todo o planeta crescem as pressões pela redução do consumo de combustíveis fósseis, tanto na produção de energia quanto na movimentação dos motores a explosão. A Comissão Europeia (Poder Executivo da União Europeia) fixou metas drásticas para reduzir até 2050 o consumo e incentivar a produção de carros elétricos e de energia renovável, especialmente as de fontes solar e a eólica.

O súbito barateamento dos preços pode até aumentar temporariamente o consumo e adiar projetos de produção de energia limpa, mas está no horizonte o declínio da importância do petróleo na economia mundial. Para o Brasil, este é um sinal amarelo de forte intensidade, porque o governo federal e os Estados se tornaram fiscalmente dependentes do petróleo caro. Obtiveram receitas imensas nos leilões de áreas, pagamentos de royalties e contribuições especiais e arrecadação de impostos, especialmente de ICMS pelos Estados, sobre os preços dos combustíveis. As novas cotações derrubarão as receitas do setor público, que já vinham mergulhadas com a baixa atividade econômica.

Qual será a resposta política do governo? Certos setores pedem aumento imediato das despesas públicas com base em emissões de moeda e, portanto, de pressão inevitável sobre a inflação. A outra opção é redução das atribuições do Estado. Os debates sobre esse tema, que já vinham se acentuando com base na definição sobre a apropriação das verbas do Orçamento da União, deverão se ampliar agora. Especialmente depois que a Câmara derrubou o veto presidencial no caso da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/03/2020****Seção: Economia****Autor: Idiana Tomazelli Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo reduz projeção para alta do PIB deste ano de 2,4% para 2,1%**

Revisão foi anunciada em momento de incerteza sobre o desempenho da atividade econômica e do avanço do coronavírus

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia revisou sua expectativa para o crescimento da economia brasileira em 2020. A nova projeção é de alta de 2,1% no Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Antes, a estimativa era de avanço de 2,4%. Na segunda-feira, os analistas do mercado financeiro reduziram, pela primeira vez, a estimativa de crescimento da economia brasileira para um patamar abaixo de 2% em 2020. De acordo com o relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, a projeção passou de 2,17% para 1,99%.

Ainda ontem, o Bank of America Merrill Lynch (BofA) voltou a cortar sua projeção de crescimento do Brasil este ano, de 1,9% para 1,5%. No fim de fevereiro, o banco americano já havia feito uma redução, de 2,2% para 1,9%. A justificativa para os cortes é o efeito do coronavírus na atividade, além agora da guerra do petróleo. O UBS Brasil também, ontem, reduziu novamente a projeção para o PIB neste ano, de 2,1% para 1,3%, com a disseminação do surto de coronavírus pelo mundo. No início de fevereiro, o banco já havia revisado a estimativa de 2,50% para 2,10%.

A nova previsão do Ministério da Economia foi anunciada em um momento de incerteza sobre o desempenho da atividade econômica diante do avanço do novo coronavírus. O dado faz parte da nova grade de parâmetros que a equipe econômica utilizará para reestimar receitas e despesas do Orçamento. Essa revisão será anunciada até dia 22. A arrecadação federal foi projetada com base em uma expectativa de crescimento de 2,32% em 2020. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, admitiu na terça-feira que a retomada mais lenta deve comprometer as receitas e levar a um bloqueio de despesas no Orçamento para evitar o descumprimento da meta fiscal, que permite déficit de até R\$ 124,1 bilhões.

Petróleo. Outro parâmetro que deve influenciar a queda nas receitas é o choque nos preços do petróleo no mercado internacional. A lei orçamentária foi formulada com base em uma expectativa de cotação média de US\$ 58,96 por barril de petróleo Brent, mas a commodity encerrou o pregão de ontem a US\$ 37,22. O governo não trouxe projeções sobre o petróleo no relatório.

O governo também deve retirar da conta os R\$ 16,2 bilhões esperados com a privatização da Eletrobrás, cujo projeto ainda não avançou no Congresso. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2020, o governo revisou sua projeção de 3,73% para 3,28%. O indicador serve de referência para a correção do salário mínimo, que por sua vez afeta o valor de dois terços dos benefícios pagos pelo INSS, além de gastos com abono salarial e assistência social. O resultado do INPC de 2020 será aplicado na correção do salário mínimo, hoje em R\$ 1.045, no ano de 2021.

Impacto. Num momento de incertezas sobre o impacto do avanço do coronavírus sobre a atividade econômica, a secretaria traçou diferentes cenários para o contexto brasileiro e, em seu cenário-base, vê a possibilidade de um efeito negativo de 0,3 ponto porcentual no crescimento do PIB.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/03/2020

Seção: Economia

Autor: AMANDA ALMEIDA E MARCELLO CORRÊA BRASÍLIA

Título: Witzel quer reunião para discutir queda do petróleo

Proposta é antecipar encontro com governadores para a próxima quarta-feira a fim de tratar do impacto da derrocada no preço do barril nas finanças estaduais. Cálculo da Firjan indica que Rio pode ter perda de R\$ 2,3 bi em receitas com royalties

O governador do Rio, Wilson Witzel, propôs ontem convocar uma reunião extraordinária do Fórum dos Governadores para tratar do impacto da queda nos preços de petróleo nas finanças estaduais. Um encontro do colegiado está marcado para o dia 24 de março. A ideia é antecipá-lo para a próxima quarta-feira, dia 18.

A baixa na cotação da commodity é um desdobramento da crise econômica global causada pela disseminação do novo coronavírus. Para evitar os efeitos da desaceleração sobre os preços internacionais, a Arábia Saudita propôs cortes na produção. A Rússia, outra gigante do setor, não topou o acordo, levando a uma queda global do preço do barril, do patamar de US\$ 60 para a casa dos US\$30.

Essa queda impacta diretamente as finanças do Rio, altamente dependente dos royalties. Para 2020, a expectativa do estado era arrecadar R\$ 14,5 bilhões, cerca de 20% da receita. Estudo da Firjan indica que essa receita pode ser cortada em até R\$ 2,3 bilhões.

—Acabei de me reunir com o embaixador da Rússia, manifestando a ele minha preocupação com essa disputa entre os países árabes e a Rússia. O que ele me

disse é que eles trabalham com o preço do petróleo a US\$ 43. Isso já é complicado para nós porque estávamos trabalhando com preço do petróleo acima de US\$ 60, e o orçamento do Rio já tem déficit de R\$ 10 bilhões. Com esse patamar, reduzindo preço do petróleo e do dólar, nós vamos ter problema —afirmou.

REGIME DE RECUPERAÇÃO

O governador completou que os problemas não serão apenas para o Rio, mas também para outros estados e para a Petrobras.

— O que vai impactar também no Orçamento da União. Então, é preciso que a gente comece a pensar em medidas alternativas de balanceamento disso para que os estados consigam sobreviver. Temos um fundo de reservas cambiais de mais de US\$ 300 bilhões. Esse fundo pode ser usado. A Rússia também tem fundo de reservas cambiais de US\$ 500 bilhões e mais um fundo soberano de US\$ 100 bilhões. Vão usar isso para poder trabalhar com diferença de US\$ 43 para US\$ 37 no barril de petróleo —afirmou Witzel.

Para especialistas, a mudança no cenário indica que o governo fluminense terá mais dificuldades para cumprir os compromissos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa de socorro da União, que vence em setembro. Serviços prestados ao público, como saúde e segurança, também podem ser afetados.

A estimativa de perda de receita estadual feita pela Firjan leva em consideração o preço médio do barril do tipo Brent em US\$35 e o dólar a R\$ 4,75, mantida a projeção de produção estimada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

TÉCNICOS EM ALERTA

Segundo Jonathan Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan, cerca de 20% do orçamento do estado são fruto de royalties e participações. Ele explica que a receita hoje paga despesas fixas em um orçamento engessado, como folha de pagamento dos ativos e inativos. Em razão disso, o Rio enfrentará dificuldades para equalizar a situação, uma vez que até mesmo os investimentos estão zerados no estado.

Em Brasília, técnicos do Conselho de Supervisão Fiscal, que acompanha o desempenho do Rio no RRF, já estão em alerta. Em fevereiro, o grupo divulgou relatório em que apontava que, no ano passado, a arrecadação estadual teria caído, não fossem as receitas extras de petróleo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/03/2020****Seção: Economia****Autor: GABRIEL MARTINS E JOÃO SORIMA NETO RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA****Título: Ibovespa tem novo 'circuit breaker' e cai 7,64%**

Após anúncio de pandemia pela OMS, Índice recua ao menor patamar desde dezembro de 2018. Em um único dia, empresas perdem R\$ 1 tri em valor de mercado. Dólar tem alta de 1,65%, a R\$ 4,721, e BC vai vender dólar à vista hoje

Os mercados globais viveram mais um dia de perdas expressivas após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar que o novo coronavírus é uma pandemia. O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, encerrou com desvalorização de 7,64%, aos 85.171 pontos, o menor nível desde 26 de dezembro de 2018. O circuit breaker, mecanismo que interrompe as negociações quando o índice cai mais de 10%, foi acionado pela segunda vez em apenas três dias.

O dólar comercial chegou a ser negociado a R\$ 4,756, nova máxima histórica intradiária, mas encerrou cotado a R\$ 4,721, com alta de 1,65%.

Todas as ações de empresas negociadas na Bolsa já perderam em valor de mercado este ano R\$ 1,03 trilhão até ontem, segundo levantamento da Economática.

—A declaração de pandemia feita pela OMS ampliou a incerteza sobre os impactos do vírus na economia global, que já era grande —disse Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Management.

EXPECTATIVA COM TRUMP

O circuit breaker foi acionado às 15h14m, quando o Ibovespa caía 10,11%. O pregão foi paralisado por 30 minutos. Na retomada dos negócios, as perdas aumentaram. Mas, segundo operadores consultados pelo GLOBO, um fluxo positivo de compra de ações no fim da sessão, quando os papéis estavam baratos, acabou reduzindo a queda do Ibovespa. Na semana, o índice acumula perda de 13,08%.

A expectativa de que o presidente Donald Trump anunciaria, à noite, medidas econômicas e para a área de saúde também ajudaram a reduzir a queda das Bolsas. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, perdeu 5,86%, enquanto o S&P 500, mais amplo, caiu 4,89%. A Bolsa eletrônica Nasdaq recuou 4,70%.

Na Europa, onde os mercados fecham mais cedo, nem o corte de juros feito pelo Banco da Inglaterra, de 0,75% para 0,25% ao ano —o menor nível desde a Segunda Guerra Mundial —, seguiu as Bolsas. Frankfurt caiu 0,35%, Londres perdeu 1,40% e Paris recuou 0,57%.

No mercado brasileiro, pesou ainda a revisão para baixo da projeção do governo para o crescimento da economia este ano, de 2,5% para 2,1%. O risco-país medido pelo credit default swap (CDS, uma espécie de seguro contra calote) subiu para 217 pontos, uma alta de 20,97% frente à véspera.

Para Fabrizio Velloni, sócio da Frente corretora de câmbio, a decretação de pandemia certamente forçará o Banco Central (BC) a atuar novamente:

—O Banco Central fez um teste nesta quarta-feira, vendendo contratos de swap cambial em lugar de dólares no mercado à vista. Na minha avaliação, o BC foi precipitado e terá que fazer novas intervenções no mercado à vista.

PETROBRAS TEM QUEDA FORTE

Na segunda e na terça-feira, o BC vendeu US\$ 5,5 bilhões no mercado à vista. Ontem, retomou os contratos de swap tradicional, instrumento financeiro que equivale à venda de dólares no futuro. Foram vendidos 20 mil contratos, totalizando US\$ 1 bilhão. No fim do dia, a autoridade monetária anunciou que fará hoje um leilão de US\$ 1,5 bilhão no mercado à vista.

As principais ações do Ibovespa encerraram em queda. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da Petrobras recuaram 12,42%, a R\$ 16,08, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) caíram

11,39%, a R\$ 15,56. A cotação do barril do petróleo tipo Brent recuou 3,84%, a US\$ 35,79. Só ontem, a Petrobras perdeu R\$ 24,3 bilhões em valor de mercado. Na semana, o tombo é de R\$ 96,3 bilhões.

Já a Vale caiu 9,8%, a R\$ 40,40, uma perda de R\$ 21,5 bilhões em valor de mercado. (Colaborou Gabriel Shinohara)

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/03/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Crise lembra ao Rio para não errar nos royalties pela segunda vez

A queda no preço do petróleo é mais um alerta ao estado para que não

considere a sua receita fixa

O Rio pode enfrentar pela segunda vez a maldição do petróleo. Acompanham a história secular do hidrocarboneto casos de países e regiões que enriqueceram ao produzi-lo nos momentos de cotações em alta, e depois foram à bancarrota quando os preços caíram ou o petróleo, um bem finito, acabou. Esta maldição não é pura magia, porque, para se realizar, precisa da conivência de governos e políticos em geral.

O mergulho da cotação do petróleo, segunda-feira, de US\$ 60 para a faixa de US\$ 30, foi em parte compensado terça-feira. Mas não se sabe como evoluirá a guerra de preços entre a Arábia Saudita do afoito príncipe ditador Mohammed bin Salman e a Rússia do homem forte Vladimir Putin. Para pressionar Putin a cortar a produção, junto com o reino, afim de forçar um aumento de preço, MbS manobrou para derrubar as cotações. Assustou os mercados, porque o preço da energia é peça fundamental em qualquer economia.

Para o Rio, a cotação do petróleo infelizmente condiciona forte e crescentemente a situação financeira do governo do estado e de muitos municípios fluminenses, principalmente ao Norte, muito beneficiados pelo recebimento de royalties do petróleo e gás da Bacia de Campos e, cada vez mais, de áreas do pré-sal, em fase de aumento da produção. A cotação internacional é que determina o valor dessa indenização, o royalty. Só na queda de segunda-feira, a estimativa de receita do Rio encolheu R\$ 2,3 bilhões. Da União, mais de US\$ 12 bilhões.

Políticos e governantes fluminenses não foram capazes de formular um projeto de desenvolvimento que usasse os recursos abundantes vindos da exploração do petróleo para preparar a economia a reduzir a sua dependência dos royalties. Fazem o oposto. No primeiro ciclo do petróleo de que o Rio se beneficiou, durante governos do PT, quando o pós-sal da Bacia de Campos foi fonte generosa de royalties para o estado, boa parcela do dinheiro foi desperdiçada em obras de fachada e ainda terminou elevando a aposentadoria da elite dos servidores. O barril chegou a ser negociado acima dos US\$ 100, mas desabou para abaixo dos US\$ 40 —como agora —e apanhou o Rio na armadilha do aumento de despesas engessadas com esses recursos, que não são estáveis, porque oscilam.

O estado, também devido à recessão nacional, quebrou e hoje depende de um Regime de Recuperação Fiscal cujas metas não cumpre como deveria. Resta saber como governantes e políticos se comportarão no novo ciclo de bonança que está sendo criado pelo avanço da produção no pré-sal. A quedadas cotações devido ao choque entre sauditas e russos é um recado ao Rio de Janeiro. Para que não cometa o mesmo erro pela segunda vez.

MME / ASCOM .